

Economia.

29 concursos oferecem salário de até R\$ 24 mil
Pág. 34

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadineiro

BRIGA COM A PETROBRAS

ESTADO QUER IMPEDIR

AÇÃO INTERNACIONAL

Luta por unificação de campos tenta elevar receita do petróleo

/// RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

O Estado e mais cinco municípios capixabas entraram na briga judicial entre a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Petrobras sobre a unificação dos campos petrolíferos no Parque das Baleias para evitar perda de receita e também impedir que a estatal leve a decisão à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (ICC), sediada em Paris, França.

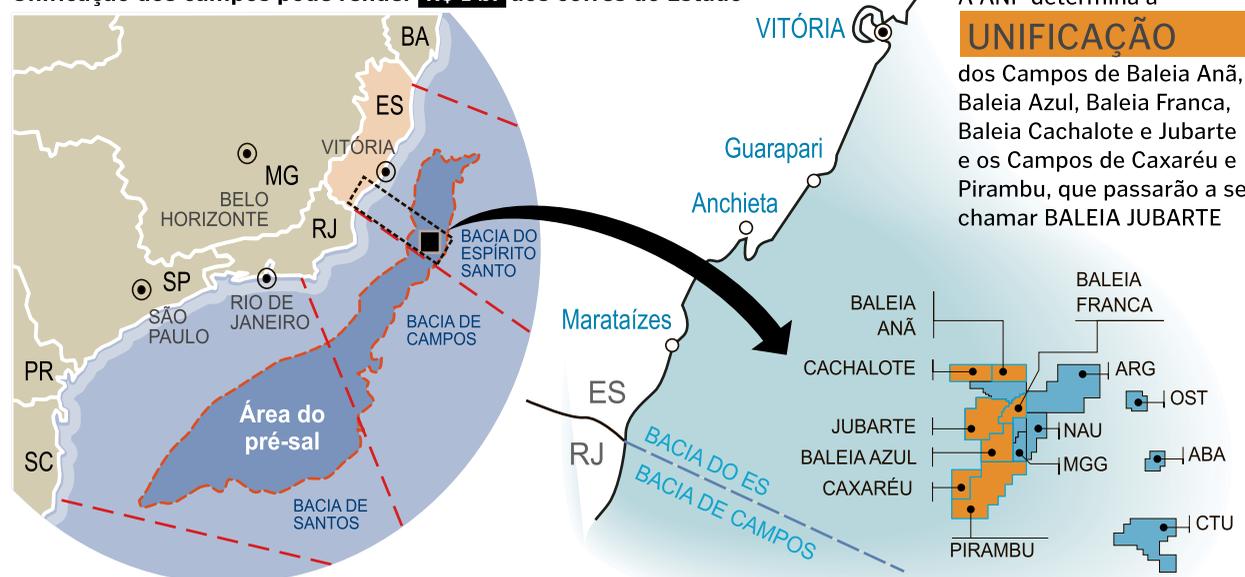
“Queremos impedir que a arbitragem internacional se realize e que a questão seja definida no âmbito do Poder Judiciário”, explica o procurador do Estado da Procuradoria de Petróleo, Mineração e Outros Recursos Naturais (Ppetro), Cláudio Madureira. O processo judicial entre a Petrobras e a ANP tramita na 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Madureira enfatiza que a arbitragem internacional é uma questão comercial que pressupõe o assentimento das partes envolvidas. O Estado e os cinco municípios “integram a mesma relação jurídica de direito material mantida entre a ANP e a Petrobras”, destaca. Por essa razão, deveriam estar integrados à ação judicial.

A unificação dos cinco campos do Parque das Baleias (Anã, Azul, Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu) em um único, que passou a se chamar Campo de Jubarte, foi determinada pela ANP em

UNIÃO DAS BALEIAS

Unificação dos campos pode render **R\$ 1 bi** aos cofres do Estado



A ANP determina a **UNIFICAÇÃO**

dos Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Baleia Cachalote e Jubarte e os Campos de Caxaréu e Pirambu, que passarão a se chamar BALEIA JUBARTE

A produção do Parque das Baleias, que hoje engloba os campos em questão, é de **250 mil barris ao dia**

A decisão eleva em cerca de **R\$ 2,6 bilhões** por ano a arrecadação de Participação Especial para União, Estado e municípios

Só o Espírito Santo receberia **R\$ 1 bi** por ano a mais

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

ENTENDA

Início

Com base na decisão da ANP, que se posicionou contra a divisão do Bloco BM-S-11 em dois (Campo de Lula e Campo de Cernambi) no Rio de Janeiro, o Espírito Santo requereu a união de cinco campos petrolíferos.

Decisão

Em maio, saiu a decisão da ANP. Os campos de Baleia Anã, Azul, Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu foram unificados em um: Campo de Jubarte.

Contra

A Petrobras, contrária à união, apresentou recurso e quer arbitragem internacional para decisão final.

VITOR JUBINI - :21/07/2014



“Na avaliação da Procuradoria do Estado, não cabe arbitragem internacional. Não se pode arbitrar direitos indisponíveis”

—
CLÁUDIO MADUREIRA
PROCURADOR

fevereiro deste ano. A solicitação de transportar os cinco campos em um, do governo do Espírito Santo, foi encaminhada à ANP em dezembro de 2011.

Na semana passada a

Procuradoria Geral do Estado (PGE) protocolou petição na 5ª Vara Federal solicitando o ingresso do Estado na disputa e também a revogação da medida liminar concedida à Petro-

bras. No processo a estatal obteve liminar contra a decisão da ANP de unificação dos campos, que beneficia o Espírito Santo e os municípios produtores no pagamento de Participa-

ção Especial (PE).

Na ação judicial contra a ANP, a Petrobras pediu a suspensão dos efeitos da resolução da agência que unificou os campos. Se a liminar não for anulada, Espírito Santo e municípios terão perda em PEs.

De acordo com dados da ANP, o Estado e as cidades de Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Piúma e Anchieta poderão ter perdas de até R\$ 3,2 bilhões por ano, totalizando R\$ 25 bilhões nos próximos anos.

Na avaliação de Madureira, a divisão dos campos de petróleo é uma das estratégias da Petrobras, uma decisão empresarial para reduzir o pagamento

aos Estados e municípios.

Ele destaca que a postura do Espírito Santo não deve ser interpretada como uma guerra contra a Petrobras. “É uma questão de colocar os pingos nos is. O Espírito Santo está sendo lesado, e não podemos ficar de braços cruzados”.

O procurador pondera ainda que o que está por trás de toda essa discussão “é o pagamento de Participação Especial ao Estado e municípios”. De um lado está a Petrobras, que se posiciona contrária à unificação, porque tem que pagar mais. Do outro, estão o Estado e os municípios, apoiados pela ANP, que querem receber o que lhes é de direito.